

## A MARCA ORIGINAL DO SUJEITO POLÍTICO

### Aula 1

# A extensão das territorialidades culturais: o local e o global na contemporaneidade

### Conteúdo programático

- O local e o global e as representações das identidades culturais

### Objetivo

- Compreender os deslocamentos e as afirmações territoriais na contemporaneidade a partir do encontro entre as territorialidades locais e as globais.



*Eu sou de ninguém  
 Eu sou de todo mundo  
 E todo mundo me quer bem  
 Eu sou de ninguém  
 Eu sou de todo mundo  
 E todo mundo é meu também*

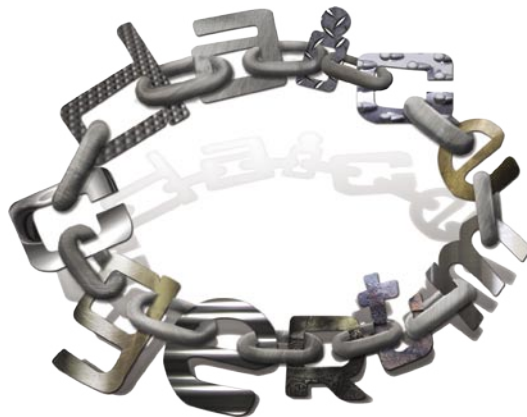
Arnaldo Antunes, Carlinhos Brown, Marisa Monte



Chegamos à terceira unidade do programa desta disciplina, na qual vamos tratar da relação entre as territorialidades locais e globais e suas implicações no universo da cultura.

Nas primeiras unidades, apresentamos a base teórica da proposta pedagógica, ou seja, os conceitos fundamentais dos estudos culturais. Esse conjunto conceitual é aqui comparado a uma corrente. A imagem da corrente representa a intenção que tivemos ao trabalhar os conceitos desta disciplina.

Os conceitos apresentados estão interligados, como os elos de uma corrente, compondo um todo lógico e interdependente; dissociado, o conceito não tem sentido. Também, a teoria, quando afastada da realidade, é estéril, não permite o entendimento das demandas sociais. Assim, a discussão conceitual aqui apresentada visa expor a corrente teórica dos estudos culturais para que os desdobramentos culturais modelados na contemporaneidade possam ser compreendidos.



## Deslocamentos territoriais: entre o global e o local

Estamos em um contexto histórico que marca o fechamento do século XX e o início de uma nova era. As ciências humanas estão diante do desafio de compreensão dessa realidade. A contemporaneidade inaugura um modelo de sociedade global. O conhecimento passa a exigir uma outra lógica de construção.

Vejam como Ianni (1994, p. 147) descreve esse cenário:

*As relações, os processos e as estruturas econômicas, políticas, demográficas, geográficas, históricas, culturais e sociais, que se desenvolvem em escala mundial, adquirem preeminência sobre as relações, processos e estruturas que se desenvolvem em escala nacional. O pensamento científico, em suas produções mais notáveis [...] não é suficiente para apreender a constituição e os movimentos da sociedade global.*

As territorialidades locais e globais têm hoje uma movimentação histórica nunca vista. Em alguns contextos, o local caminha para o global, em outros o local insiste em demarcar sua fronteira, reafirmando valores identitários ancestrais.

Em outras conjunturas, o global absorve o local em um processo de assimilação cultural. A ciência deve transitar em todas essas direções para compreender as novas demandas que se apresentam. Exige-se um novo paradigma, como sugere Ianni: a globalização.



**Global e local, local e global? Que desdobramentos tem essa relação para os estudos culturais? Antes de chegar à resposta, aceite nossa sugestão a seguir.**

Pense sobre este fragmento de *O mundo é um moinho*, de Cartola:

*Ainda é cedo, amor  
Mal começaste a conhecer a vida  
Já anuncias a hora de partida  
Sem saber mesmo o rumo que irás tomar  
[...]*

Cartola



Trata-se de uma música de grande representatividade na MPB, e a grande maioria de nós, independentemente da idade, ao ouvi-la, pode facilmente reconhecer e acompanhar a letra.



Cartola foi um homem que se permitiu viver e morrer de amores. Os **eus-poéticos** que ele construía também assumiam essa representação. Seu repertório confirma sua devoção pelas pessoas.

A história mais conhecida é que Cartola compôs essa música para sua filha, que estava prestes a sair de casa. Porém, recentemente, Nilcemar Nogueira, neta do compositor, ao publicar uma biografia póstuma, revelou que, na verdade, a canção foi criada com base na história de um colega de trabalho de Cartola.

De qualquer modo, a letra aborda o lamento de alguém por causa da iminente partida de uma pessoa querida, provavelmente se deslocando do seio familiar em busca de sua independência. Trata-se do deslocamento de uma territorialidade **local** para uma dimensão **global**.

Se possível, ouça essa canção de Cartola procurando compreender a razão de tanta apreensão.



## Refleta

E você, já viveu algum deslocamento decisivo?

Por que os deslocamentos colocam em suspensão nossas vidas? Por que nos marcam com vontade e dúvida, medo e alegria?

No Ocidente, a Idade Moderna marca a transição do feudalismo para o mercantilismo. A nova ordem econômica impõe a formação das monarquias nacionais que, entre outras coisas, firmam-se pela definição das fronteiras territoriais.

Hoje, os processos econômicos e tecnológicos que geram a globalização rompem com qualquer estrutura rígida. A regra hegemônica constrói os paradigmas dominantes no globo, geridos por uma sociedade do conhecimento que tem na comunicação o elemento-chave.

A noção de lugar não se refere mais ao espaço físico somente, incorporando uma concepção virtual absolutamente flutuante. Se avaliarmos essa conjuntura com a lógica tradicional, podemos pensar em não-lugar. Na verdade, o não-lugar é a possibilidade de deslocamento entre o local e o global incentivada pela globalização, especialmente no que diz respeito ao capital, que se movimenta permanentemente, a depender dos interesses econômicos.

A dinâmica entre o local e o global ganha novos contornos; assim, os deslocamentos podem promover aproximações e distanciamentos: ao mesmo tempo que a globalização rompe fronteiras, o local perde a raiz. Trata-se de uma relação bastante complexa.

Dependendo do contexto, essa interação pode ganhar aspectos de negociação, conflito ou integração.

**Eu-poético** Aquele que fala no poema.

# Leitura complementar )

## Redes internacionais de organizações: sociedade civil global – articulação com o local

Elenaldo Teixeira

[...] superando o localismo e o isolamento, nos últimos anos as organizações da sociedade civil passaram a formar redes em torno de temas comuns – questão urbana, meio ambiente, gênero, desenvolvimento local, cooperação, cidadania, segurança alimentar, monitoramento do sistema financeiro, entre outros –, fortalecendo-se com a troca de experiências, informações e, em alguns casos, ações conjuntas. Para isso tem contribuído bastante a utilização das novas tecnologias de comunicação, que se intensificaram a partir da ECO-92, com base em organizações especializadas como a **NGONET** e a Associação para o Progresso da Comunidade (APC).

Muitas das redes vão além da virtualidade e seus objetivos são amplos e ambiciosos, abrangendo, em alguns casos, mais de cem organizações.

Algumas agregam apenas ONGs, outras ampliam-se para grupos de cidadãos e organizações de base; umas restringem-se a um país ou região, enquanto boa parte tem como raio de ação os cinco continentes.

No vasto leque de temas com que se ocupam, percebe-se uma preocupação intensa com a questão da ética na política e com a participação dos cidadãos no processo. A luta contra a corrupção nas transações comerciais internacionais é alvo de uma rede específica, a *International Transparency*, sinalizando o papel da sociedade civil de controle sobre o mercado.

Além de acompanhar os efeitos das políticas globais de ajuste estrutural, da dívida, do comércio internacional e agir como **lobby**, algumas redes desenvolvem atividades alternativas, tanto no setor produtivo e de distribuição quanto no financeiro, fornecendo créditos rotativos para essas atividades. São sistemas auto-sustentáveis, atuam como pequenos empréstimos e a curto prazo, financiando habitação ou instrumentos de trabalhos, pequenos negócios orientados por princípios de responsabilidade solidária, poupança comunitária, ética de confiança, uso de recursos públicos de baixo custo, simplicidade nas operações.

Apesar da sua importância no fortalecimento das organizações e do próprio tecido social, essas iniciativas de apoio financeiro são pulverizadas e marginais e não atingem o sistema financeiro, até porque atendem a um público que está fora dele, o que dá lugar a perguntar-se: não caberia também à sociedade civil exercer uma pressão mais forte

**Lobby** Grupo de pessoas que têm como atividade buscar influenciar decisões.

**NGONET** *Non-Governmental Organization Network* (Rede de Organizações Não-Governamentais).

e coordenada sobre o sistema financeiro especulativo e artificial, hoje totalmente fora do alcance do Estado e da própria sociedade civil, e que decide sobre as questões que envolvem as vidas de milhões de pessoas, sem sequer passar pelos controles formais dos diversos governos?

Algumas experiências nesse rumo começam a ser tentadas, como a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais [...] para monitoração das atividades do sistema financeiro internacional. Apesar do reduzido impacto sobre o sistema econômico, nelas estão alternativas mais amplas de organização econômica na direção do *empowerment* da sociedade civil. Procura-se também articular os vários tipos de ação: o *lobby*, nos organismos financeiros (OMC e Banco Mundial), e a capacitação de entidades para ter acesso a fontes de financiamentos públicos com a promoção de outras redes e plataformas de ação conjunta.

Outros organismos de caráter internacional, utilizados como espaço público de denúncia e condenação de atos de governos ou de políticas de instituições multilaterais (Tribunais Internacionais), desempenham importante papel político e confirmam o caráter institucional da sociedade civil global em construção, cujos instrumentos criam possibilidades de fazer ouvir “outras vozes do planeta”. É difícil, contudo, avaliar sua eficácia, já que cada vez mais os centros de decisão mais importantes se situam nas grandes corporações econômicas e em reduzido número de governos.

A problemática do poder local está presente na atuação dessas redes, seja como espaço para realização de projetos concretos de desenvolvimento urbano, com recursos de ONGs do hemisfério Norte ou programas de Organizações Intergovernamentais, seja como lócus de redefinição das relações sociedade / estado, mediante controle dos atos, proposições de leis e políticas, criação de instâncias de interlocução ou, ainda, intercâmbio de experiências.

TEIXEIRA, E. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. p. 72-74.



## Saiba mais

Conheça alguns dos blocos econômicos da atualidade:

O **Nafta** (*North American Free Trade Area*) é uma zona de livre comércio entre os países da América do Norte: Estados Unidos, Canadá e México. No caso de formação de uma união aduaneira hemisférica em 2005 (ALCA), os países do NAFTA também serão incluídos nela, tanto que já participam das negociações. Decorridos pouco mais de cinco anos de sua implementação, o intercâmbio comercial entre os países aumentou, o que significa o aumento do saldo de suas balanças comerciais, especialmente no caso do México.

A **União Européia** é resultado de uma tentativa bem-sucedida da segunda metade do século XX. Mas tudo começou em 1951, quando seis nações devastadas pela guerra decidiram

unir suas matérias-primas industriais de carvão e de aço para evitar a guerra entre elas. A constituição de base desta comunidade, o Tratado de Roma, entrou em vigor em 1958. A UE é formada por 15 países, mas apenas 11 adotaram a moeda única, o euro: França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Luxemburgo, Áustria, Grécia, Bélgica, Reino Unido, Irlanda, Holanda, Dinamarca, Suécia e Finlândia. A união monetária foi aprovada pelo Tratado de Maastricht, em 1991. A **Alca** (Área de Livre Comércio das Américas) é uma proposta dos EUA de integração comercial que, se concluída, abrangerá todos os países das Américas, com exceção de Cuba. Os países-membros da Alca terão, entre si, preferências tarifárias. O objetivo é que as tarifas para o comércio intrabloco sejam reduzidas até que fiquem zeradas, facilitando o fluxo de bens e serviços na região.

A **Comunidade Andina** (CAN) é uma organização sub-regional com personalidade jurídica internacional composta por: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Os cinco países tinham mais de 111 milhões de habitantes e PIB de US\$ 270 bilhões em 1999. O principal objetivo da CAN é contribuir para o desenvolvimento da região mediante a integração econômica e social dos países membros e a gradual formação de um mercado comum latino-americano.

A **Aladi** (Associação Latino-Americana de Integração) é uma organização intergovernamental, cujo objetivo é promover a expansão da integração regional e a constituição de um mercado comum, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e social.

O **Mercosul** é o mais importante projeto de política externa do Brasil. Decorridos praticamente dez anos desde a assinatura do Tratado de Assunção, o Mercosul representa hoje um agrupamento regional economicamente pujante e politicamente estável, que tem sabido aproveitar os ensinamentos e as oportunidades da globalização e tem, assim, atraído, cada vez mais, o interesse de todo o mundo.

ALBUQUERQUE, T. W. *Entendendo a globalização e a sua influência nos blocos econômicos.*

Disponível em: <<http://www.mt.trf1.gov.br/judice/jud13/entendendo.htm>>.

Acesso em: 12 mar. 2008.

## Síntese

Nesta aula, você viu:

- A corrente teórica corresponde a uma rede de conceitos interligados e interdependentes que conferem fundamento para a compreensão de uma realidade.
- A música de Cartola *O mundo é um moinho* foi utilizada como um exemplo dos deslocamentos territoriais que ocorrem em nossas vidas.
- A globalização impõe uma nova lógica de compreensão da realidade ao romper com as fronteiras erguidas na Idade Moderna. O conhecimento precisa atuar em um plano complexo para abranger as contradições entre o local e o global que estão sendo processadas na contemporaneidade.
- A interatividade entre as dimensões locais e globais é dialógica, ou seja, estabelece uma relação que envolve, ao mesmo tempo, conflitos, negociações e integração.

## Atividades

1. Produza um breve texto discutindo o papel das organizações não-governamentais na superação do isolamento e da discriminação de determinados grupos políticos.
2. Pesquise e apresente a política de atuação de alguma ONG que exista em sua região. A que segmento social ela está relacionada politicamente? Como é a sua atuação?



### Indicação de filme



**Central do Brasil**, direção de Walter Salles, 1998, Brasil / França, Europa Filmes, 113 min.

*A personagem Dora, interpretada por Fernanda Montenegro, é uma ex-professora que trabalha na Central do Brasil escrevendo cartas para pessoas analfabetas. Ela encontra Josué, um menino que nunca conheceu o pai e cuja mãe morreu atropelada. Dora acaba acolhendo o menino e o leva pelo interior do Nordeste, para tentarem encontrar o pai dele. O filme, ganhador do Urso de Ouro no Festival de Berlim de 1999, concorreu também ao Oscar de melhor filme estrangeiro e de melhor atriz.*



## Referências

ALBUQUERQUE, T. W. *Entendendo a globalização e a sua influência nos blocos econômicos*. Disponível em: <<http://www.mt.trf1.gov.br/judice/jud13/entendendo.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

CARTOLA. *O mundo é um moinho*. 1 CD: digital, estéreo. Rio de Janeiro: EMI Music Brasil, 1998.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

IANNI, O. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. *Estudos avançados*, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994.

ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Até as rosas já comentam. *Caderno Cultura*, Rio de Janeiro, 10 out. 2007. Disponível em: <<http://www.tribunadaimprensa.com.br/antiores/2007/outubro/10/bis.asp?bis=cultura01>>. Acesso em: 18 dez. 2007.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.



## A MARCA ORIGINAL DO SUJEITO POLÍTICO

### Aula 2

# Globalização: a redefinição das distâncias sociais, culturais, econômicas, territoriais

### Conteúdo programático

- O global e o local no âmbito do processo de globalização

### Objetivo

- Situar o processo de globalização a partir das tensões entre as territorialidades locais e globais para entender as novas formas de organização das identidades.





## Reflita

Certamente, você tem ouvido falar muito em “globalização”, mas seria capaz de conceituá-la?

Saberia dizer em que aspectos das nossas vidas a globalização está presente? Como ela se relaciona aos estudos culturais?

## Encontros e desencontros territoriais: o processo de globalização

Tradicionalmente, as pesquisas antropológicas, especialmente as do início do século XX, estabelecem uma fronteira entre as territorialidades locais e globais para a compreensão dos processos culturais. A antropologia, inclusive, firma-se como disciplina acadêmica ao tomar os **ambientes microssociais** como fonte de estudo. Nessa perspectiva, ganham visibilidade os estudos tribais, assim nomeados porque enfocavam um grupo social bem marcado cultural e espacialmente. Ainda que esses trabalhos estabelecessem pontes interativas com o ambiente global, o foco era a localidade.

Em outra vertente, no mesmo período, a sociologia e a história empenhavam-se na compreensão das territorialidades macrossociais. Buscavam os elementos políticos e econômicos que constituíam as estruturas sociais: o estado, a cidade, a nação, o continente.

A contemporaneidade rompe com a dicotomia entre o local e o global. A globalização quebra as fronteiras construídas na e pela Modernidade. A divisão entre interno e externo, lá e cá, conhecido e desconhecido, quebra-se com a formação de uma cultura globalizada. O território local desloca-se em comunicação global, o interno é externalizado, o lá vem para cá e o desconhecido se revela.

A esse respeito, Vieira (2005, p. 100) considera:

*[...] Os antropólogos se acostumaram a ver o local e o global, o particular e o universal como duas instâncias separadas, mantendo determinadas relações entre si e guardando cada uma a sua autonomia. Mas esse modelo não consegue explicar o fenômeno da globalização contemporânea como um processo que engloba, na sua dinâmica complexa e contraditória, o particular e o universal, que se interpenetram, tornando inseparáveis as instâncias local e global.*

Nesse contexto, os processos culturais se estendem por todo o mundo, fenômeno que Ortiz (1994) denomina de “mundialização da cultura”. Ortiz emprega o termo “glocal” para caracterizar o processo de globalização cultural. A junção dos termos “global” e “local” indica trocas territoriais que promovem, ao mesmo tempo, padronização e divisão das identidades culturais.

**Ambientes microssociais** Refere-se a delimitar, para efeito de estudo, um determinado recorte social; por exemplo, situar a pesquisa em uma determinada comunidade.



## Refleta

O termo “glocal” sugere a presença do global no local e vice-versa. Como você percebe esse movimento cultural em sua territorialidade? Você pode identificar e descrever elementos da cultura global que estão presentes no local em que você vive? E elementos da sua cultura local que estão presentes no global?

---

---

## A dimensão política da globalização

Os deslocamentos territoriais que promovem a fragmentação também contribuem para a concentração de capitais. O mercado se universaliza a partir da formação de grandes **oligopólios** que controlam a economia planetária. A circulação da produção incorpora uma lógica de mercado para atender aos interesses dos grupos financeiros privados em vez das necessidades do cidadão.

Não raro vemos nos jornais, revistas e textos acadêmicos a expressão “globalização econômica”. Cotidianamente, o fenômeno da globalização é visto essencialmente sob essa perspectiva. Isso é fruto de uma tradição científica que compreende a realidade com foco na produção material.

Giddens (2005, p. 61) acrescenta:

*Muito disso se deve ao papel das corporações transnacionais (CTs), cujas operações massivas se expandem através de fronteiras nacionais, influenciando processos de produção global e a distribuição internacional do trabalho. Alguns assinalam a integração eletrônica dos mercados financeiros globais e o enorme volume de fluxo de capital global. Outros se concentram na abrangência sem precedentes do comércio mundial, envolvendo uma variedade de bens e serviços muito maior do que antes.*

É inegável que os impulsos econômicos conferem uma dimensão significativa à globalização. Entretanto, a compreensão que reduz à economia a construção desse fenômeno é limitada. A globalização é fruto da convergência de fatores políticos, culturais, sociais, além dos econômicos. A contribuição dessa conjuntura para o curso da globalização é alimentada pela sociedade do conhecimento que redimensiona a circulação da informação, com mais velocidade e alcance.

---

**Oligopólio** Conglomerado econômico formado por um número reduzido de empresas que controlam o mercado.

Com essa perspectiva, Giddens (1991), no livro *As conseqüências da modernidade*, apresenta a **teoria** do desenraizamento para explicar esse fenômeno. Ele considera que a globalização provoca um desenraizamento dos grupos sociais de menor prestígio como expressão de poder em um determinado território. Para ele, a globalização, assim, opera como um movimento que paralelamente concentra e aproxima a riqueza mundial. Nesse aspecto, a circularidade econômica se ajusta ao perfil cultural dos setores sociais de maior poder.

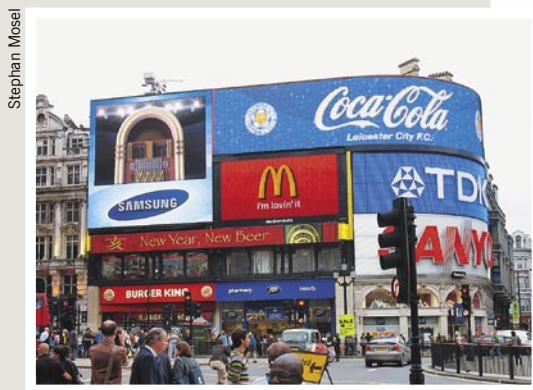
Nessa perspectiva, a globalização atinge dois objetivos no mercado. O primeiro relaciona-se à funcionalidade da ordem econômica, ou seja, o consumo. O segundo, de cunho político, modela ideologicamente o consumidor com base nos valores do capital fornecedor. A conjunção desses elementos solidifica um mercado hegemônico que estabelece um padrão de negociação global.

Vieira (2005, p. 70) confirma a tendência de concentração mercadológica, argumentando que:

*Surgem dessa perspectiva algumas expressões, como “aldeia global”, “fábrica global”, “cidade global”, “shopping center global”, “disneylândia global”, “mcdonaldização do mundo”, etc. Embora enfatizando diferentes [perspectivas], essas metáforas parecem sugerir a idéia de uma padronização do comportamento humano.*



Vista da cidade de São Petersburgo, Rússia, com uma loja da rede McDonald's ao fundo.



Centro comercial em Piccadilly Circus, Londres.

Entretanto, a globalização não é um movimento único. As territorialidades locais reagem marcando identidades afirmativas. O local, muitas vezes, manifesta-se **tencionando**, no mundo global, o direito de expressar suas singularidades e particularidades. Essas manifestações apresentam identidades diversas que se processam, combinando as dimensões econômica e política.

**Tencionar** Ter interesse ou intenção de; projetar.

**Teoria** Rede de conceitos com uma amarração lógica. A teoria fornece base conceitual para a compreensão de questões problematizadas na sociedade, pela ciência, em qualquer área de conhecimento.

A realidade apresenta um cenário de diálogo entre as territorialidades globais e locais. Ou seja, o local e o global compõem o panorama político da contemporaneidade em uma relação de troca contínua e permanente. A construção da amplitude territorial está mediada por relações de poder complexas que envolvem, ao mesmo tempo, conflito e negociação entre diversos grupos.

Nas aulas seguintes, vamos tratar dos chamados “identitários contemporâneos” que fazem parte dessas relações. Discutiremos as tensões, as negociações e as integrações que existem entre diferentes identidades emergentes, tanto global quanto localmente. Raça, etnia, religião, sexualidade, gênero serão alguns dos temas que tentaremos compreender melhor.

## Leitura complementar )

### Entendendo a globalização e sua influência nos blocos econômicos

*Tércio Waldir de Albuquerque*

[...]

“Globalização”, “mundialização”, “internacionalização” são termos que podem ser considerados sinônimos do que o mundo vem experimentando, segundo alguns, a partir dos anos 1980, para outros, há mais de cinco séculos, e hoje vemos, ouvimos e lemos inúmeras matérias que os conceituam das mais diversas maneiras e formas. [...]

Para **Clovis Rossi**, um exemplo do que seja globalização é<sup>1</sup>:

*A notícia do assassinato do presidente norte-americano Abraham Lincoln, em 1865, levou 13 dias para cruzar o Atlântico e chegar à Europa. A queda da Bolsa de Valores de Hong Kong (outubro-novembro/97), levou 13 segundos para cair como um raio sobre São Paulo e Tóquio, Nova York e Tel Aviv, Buenos Aires e Frankfurt. Eis ao vivo e em cores, a globalização. [...]*

Na visão de Voltaire Schilling<sup>2</sup>, a globalização se divide em três períodos distintos:

- 1450-1850 – Primeira fase – Expansionismo mercantilista
- 1850-1950 – Segunda fase – Industrial-imperialista-colonialista
- Pós-1989 – Globalização recente – Cibernética-tecnológica-associativa

<sup>1</sup> Do Conselho Editorial da Folha de S.Paulo.

<sup>2</sup> Professor de história e mestrando na UFRGS.

Na verdade, o efeito globalizante pode ser visto sob aspectos negativos e positivos, a depender da ótica com que é olhado. Para um país como os Estados Unidos da América a situação global é excepcional, pois lhe dá condições de gerir e ingerir, fluir e influir nos mais diversos pontos do universo em tempo real. **Há 24 mil povos no mundo. Há 6.809 línguas no mundo** e evidentemente não são todos que podem gozar dos privilégios da globalização.

Para países em situação de miserabilidade a globalização é aterradora, representa ingerência externa, interfere no cultivo das tradições, permite comparações que muitas vezes não são benéficas e acabam por atrapalhar planos e metas governamentais. Para os países **em desenvolvimento** a mundialização é uma faca de dois gumes. O primeiro, afiado para cortar as possibilidades de que sejam acobertadas suas misérias e mazelas, seus problemas de corrupção, de má gestão da coisa pública, do desgoverno, uma vez que as notícias transitam em **tempo real** e não mais como dantes. O segundo gume, afiado para cortar o isolamento às vezes pretendido e propiciar uma abertura para os demais países do mundo e assim gerar possibilidades reais de um entrelaçamento social, político, cultural e comercial.

Nesse ensaio dos efeitos gerados pela globalização aparecem as relações comerciais, inicialmente formadas entre países fronteiriços para depois transpor distâncias e criar um mercado efetivamente global, em que é possível perceber claramente a necessidade de que todos procurem parceiros para seu desenvolvimento. [...]

Um dos efeitos considerados negativos da globalização para o Brasil está na questão ligada ao despreparo de grande parte de sua força de trabalho, segundo avaliação feita por Maria das Graças Reggiani Almeida<sup>3</sup>:

*A globalização, as novas tecnologias e a formação profissional alijam uma série de pessoas. Os profissionais não estão acompanhando o desenvolvimento tecnológico, as mudanças de mentalidade e de comportamento.*

Assim, o que inicialmente representava um pequeno negócio internacional transforma-se em um verdadeiro **bloco de integração econômica**, no qual os planos e metas são vistos e revistos a todo instante, a busca pelo desenvolvimento e troca de tecnologias se tornam necessários, a produção e o consumo se aliam e todos os envolvidos acabam percebendo ser indispensável esse tipo de convivência para a sobrevivência de seus investimentos e equilíbrio de suas contas. Tudo isso não era pensado e não era tido como imperioso, indispensável, mas hoje, impossível imaginar de modo diverso.

No estabelecimento de políticas de aproximação, o comércio é o carro-chefe, pois através dele passa a ser possível uma integração dos demais temas como pessoas, bens e serviços, e o que significava uma pequena relação de interesses transforma-se em um gigantesco conglomerado de estados e empresas. Cada país sai em busca do **seu igual** para poder criar parcerias promissoras, e a partir dessas parcerias surgem os hoje

<sup>3</sup> Coordenadora do Departamento de Desenvolvimento Gerencial do Ietec.



conhecidos **blocos econômicos**, em que alguns se destacam mais que outros em razão de número de países, do volume de negociações que os envolvem e, em pouco tempo, se transformam em alavancas mundiais, globais. Podemos trazer como exemplos mais conhecidos desta nova realidade o Nafta, a União Européia, a Alca, a Comunidade Andina, a Aladi e o Mercosul. [...]

Nessa esteira de desenvolvimento **globalizado** e com a necessidade de que, a cada dia, mais e mais países busquem aproximação para poder comprar, vender e permutar seus produtos e serviços, sua tecnologia, é importante que os governos envolvidos nesse processo procurem torná-los o mais transparentes possível, propiciando a toda coletividade conhecer os detalhes dos compromissos que serão assumidos, demonstrando com clareza as vantagens e desvantagens e o grau de interferência [...] para a população em geral, e não somente dar a conhecer a grupos de interesses de uma forma fechada e às vezes isolada. Este tipo de procedimento nesses processos pode facilitar muito o seu desenvolvimento e, no momento em que todos os aspectos forem bem conhecidos e discutidos, o país será, sem dúvida alguma, beneficiado.

O surgimento de um **bloco econômico** nem sempre significa vantagens imediatas a seus componentes, que, por vezes, precisam criar condições de competitividade com os demais e para que isso ocorra é necessário que o próprio governo adote medidas de incentivo ao desenvolvimento, evitando, assim, que no momento da abertura comercial as empresas locais não tenham condição de sobreviver à entrada das concorrentes, além de criar uma situação social insustentável, com elevação do nível de desemprego, redução salarial, perdas de benefícios e outros. De outro lado, quando o governo está comprometido com o desenvolvimento sustentável, sua vinculação a um bloco econômico vai significar uma ampliação, não só em sua balança comercial, mas na condição de vida de seu povo.

Em recente entrevista aos meios de comunicações, o presidente da Abracelpa, Associação Brasileira dos Produtores de Celulose e Papel, **Osmar Zogbi**, ao ser indagado sobre os benefícios ou prejuízos ao seu seguimento caso o Brasil participe efetivamente da **Alca**, trouxe uma informação assustadora. Disse o entrevistado:

“Tem oito ou dez empresas americanas, cada uma isoladamente representa toda a produção brasileira de celulose e papel. De repente lá tem uma crise econômica e eles resolvem despejar o produto no Brasil. Aí acaba com a indústria brasileira<sup>4</sup>”.

Nesse sentido o cuidado deve ser maior, valendo inclusive o estudo de viabilidade de uma reserva de mercado por um período necessário para que as indústrias brasileiras possam se adequar e chegar a uma condição de igualdade de tecnologia e produção com os demais países, e, em especial, com os Estados Unidos da América, que, como já dissemos, é o mentor e maior interessado nesse processo.

[...]

ALBUQUERQUE, T. W. *Entendendo a globalização e a sua influência nos blocos econômicos*. Disponível em: <<http://www.mt.trf1.gov.br/judice/jud13/entendendo.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

<sup>4</sup> Em entrevista ao Jornal da Globo de 30 de janeiro de 2003.

## Síntese

Nesta aula, você viu:

- A contemporaneidade rompe com a dicotomia entre o local e o global. O fenômeno denominado “globalização” quebra as fronteiras construídas na e pela modernidade. A divisão entre interno e externo, lá e cá, conhecido e desconhecido, quebra-se pela demanda de se formar uma cultura globalizada.
- O processo globalizante provoca um desenraizamento dos grupos sociais de menor prestígio em um determinado território. A globalização, assim, é um movimento que, paralelamente, concentra e aproxima a riqueza mundial.
- A globalização atua no mercado em duas perspectivas: incentivo ao consumo em larga escala e ajuste ideológico do consumidor a partir dos valores e princípios do capital fornecedor.

## Atividades

1. Identifique possíveis conseqüências culturais da formação de blocos econômicos para os países envolvidos. Em seguida, escreva um texto no qual você discuta sobre resultados dessa configuração para a sociedade global.
2. Qual o sentido da desterritorialização para o avanço da globalização cultural? Como você percebe a desterritorialização em seu território? Há grupos que se opõem a esse movimento? Como eles agem?

## Referências

ALMANAQUE ABRIL 2008. 34. ed. São Paulo: Abril, 2008. p. 100.

ALBUQUERQUE, T. W. *Entendendo a globalização e a sua influência nos blocos econômicos*. Disponível em: <<http://www.mt.trf1.gov.br/judice/jud13/entendendo.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

IANNI, O. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. *Estudos avançados*, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994.

ORTIZ, R. *Mundialização da cultura*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

## A MARCA ORIGINAL DO SUJEITO POLÍTICO

### Aula 3

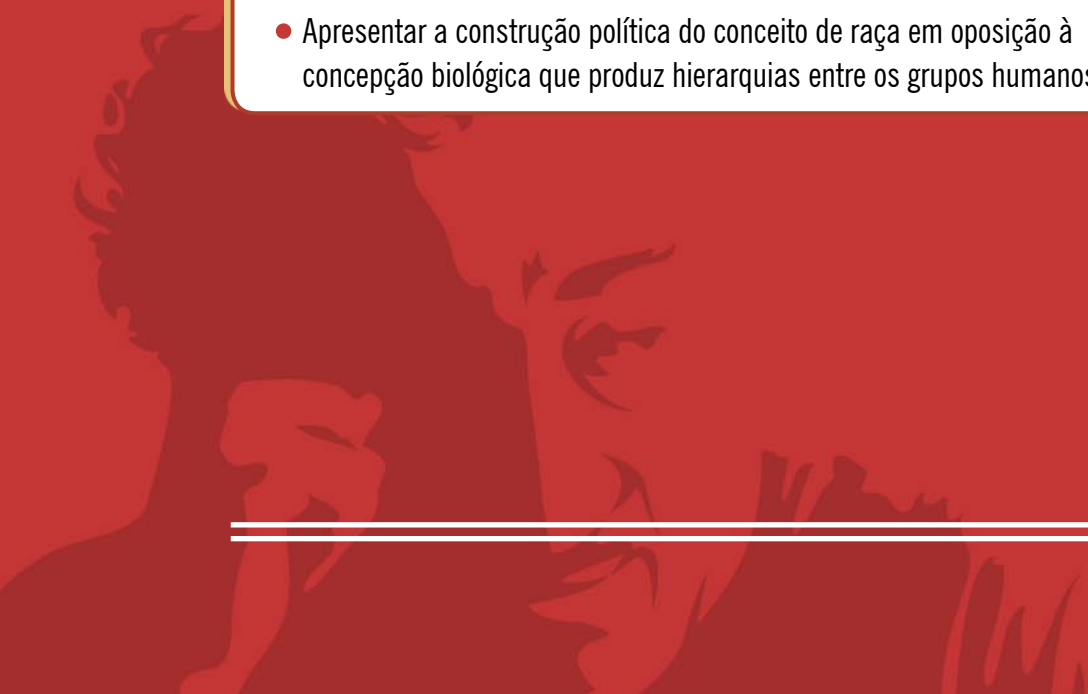
## Raça: uma categoria política para a compreensão da diversidade humana

### Conteúdo programático

- As subjetividades dos sujeitos contemporâneos e as relações que se estabelecem na sociedade, na construção e discussão do conceito de “raça”

### Objetivos

- Compreender as subjetividades dos sujeitos contemporâneos e as relações raciais que se estabelecem na sociedade como construções resultantes da percepção das diferenças e das construções identitárias que elas originam.
- Apresentar a construção política do conceito de raça em oposição à concepção biológica que produz hierarquias entre os grupos humanos.



*Zumbi, comandante guerreiro! Guerreiro-mor capitão da capitania de minha cabeça [...]*

*A felicidade do negro é uma felicidade guerreira*

Gilberto Gil

*Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.*

Kabengele Munanga



Em aulas anteriores, discutimos a dinâmica da relação entre o local e o global. Fundamentamos nossa apresentação sobre uma série de conceitos: “cultura”, “território”, “identidade”, entre outros.

A partir desta aula, vamos refletir sobre as tensões étnico-raciais, as relações de gênero, orientação sexual, a interação entre as religiosidades. Esses debates relacionam grupos identitários que se organizam para afirmar suas necessidades políticas, enfrentando preconceitos e discriminações.

A diversidade de grupos contemplados pelos estudos culturais é muito ampla. Optamos por selecionar as questões que nos parecem mais recorrentes na nossa realidade.

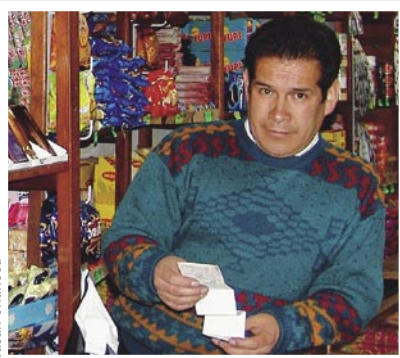
Sabemos que esta disciplina não abrange todos os aspectos relacionados ao tema, e por isso é tão importante que você continue pesquisando. Aprofunde as leituras propostas buscando outras que não estão aqui.

Vamos assumir o compromisso com a inclusão dos grupos sociais historicamente marginalizados. Isso mesmo: conquistar poder, espaço, afirmar cultura e identidade é o caminho para romper com os mecanismos de exclusão gerados pela discriminação.



## Refleta

Chegamos à discussão sobre um ponto essencial na sociedade brasileira e também nas sociedades de quase todos os países que compõem este planeta. Quem somos, no que se refere à raça e à etnia? Observando as imagens da página seguinte, você diria que essas pessoas são de raças diferentes? Etnias diferentes? Como esses fatores estão relacionados às identidades culturais?



Orangestock/Marco Andras, Shutterstock/  
Hasan Shaheed

Uma das formas que a contemporaneidade estabeleceu para reconhecer as diferenças e minimizar os efeitos das desigualdades foi criar maneiras de compensar as perdas de quem foi submetido aos mecanismos de exclusão de certos povos e de diferenciação entre eles.

Na organização do mundo moderno, há a inferiorização de grupos que apresentam características somáticas e culturais diferentes das referentes aos povos da Europa Ocidental.

Daí, por exemplo, reservar espaços, que antes eram ocupados exclusivamente por grupos privilegiados, para quem não obteve a oportunidade de sequer poder lutar para ocupá-los, pois os mecanismos organizados garantiam o ingresso apenas daqueles que tinham determinado perfil.

Assim, temos no Brasil, entre outras medidas, cotas para as mulheres na política, já consolidadas oficialmente, apesar de não concretamente. E ainda o debate sobre a oficialização de cotas para outros grupos em outros setores do país.

Vemos discussões acaloradas sobre ações afirmativas, cotas raciais, etc. Acreditamos que compreendendo as questões trazidas nesta aula, e também com as informações adquiridas em outras, você poderá desenvolver uma base mais sólida para argumentar sobre esses temas tão polêmicos.

Vamos voltar, então, ao tema desta aula: a discussão do conceito de raça.



## Refleta

Se, em um formulário, você tivesse que responder qual a sua raça, como você responderia? Por quê?

A palavra “raça” não foi criada para designar seres humanos. Em suas primeiras acepções, designava categoria e espécie; na zoologia, classificava as espécies animais (hoje essa conceituação está em desuso). Passou a se referir a humanos a partir da Renascença, indicando, então, pessoas com a mesma ascendência e de caracteres físicos parecidos.

Foi ainda observando os conceitos biológicos de raças puras que os grupos humanos também foram classificados a partir de critérios que buscam valorizar alguns em detrimento de outros.

Assim, vemos pessoas “estranhando” seus semelhantes por não acreditar que sejam realmente semelhantes. Esquisito, não? Mas na organização das sociedades, considerando as relações entre colonizados e colonizadores, um dos recursos mais explorados para criar e manter certas populações como subalternas foi justamente afirmar que pertenciam a uma determinada raça. Os caracteres físicos que marcam a pertença a grupos não-europeus, por exemplo, foram desqualificados e utilizados para representar negativamente as pessoas que faziam parte dos povos dominados.

Quando olha para alguém, o que você vê primeiro? Os traços do rosto, a cor da pele e a textura do cabelo? Os elementos **fenotípicos** normalmente se evidenciam em um primeiro contato. Essa percepção pode estabelecer uma relação tranqüila ou tensa, dependendo da construção identitária desenvolvida pelas pessoas que estão interagindo.

Explorando parcialmente conceitos científicos e utilizando-os para embasar suas teorias, representantes de grupos hegemônicos, entre o final do século XIX e início do século XX, muitas vezes, classificaram a humanidade com base nessas características, acrescidas de aspectos culturais. Quem não fizesse parte dos grupos de descendentes da parte ocidental da Europa era comumente classificado como inferior.

E assim o mundo moderno se organizou. Com o domínio político e econômico de um povo sobre o outro – sem se analisar como as relações de fato se estabeleceram –, surgiram as desigualdades que inferiorizam até hoje quem não pertence aos grupos considerados superiores.

Quando dogmas de grupos políticos de maior prestígio social começaram a ser questionados, deixou-se de considerar o termo “raça” como o ideal para classificar os seres humanos, pois as diferenças genéticas entre os grupos considerados como sendo de raças diferentes não justificariam a separação.

Então, o termo que durante tanto tempo foi utilizado para classificar pessoas e separá-las deixou de ser adequado para se referir a humanos. E o que fazer? Riscar a palavra “raça” do dicionário? Com isso também seria possível riscar o termo que ela originou, o “racismo”?

Vejam como alguns teóricos que discutem as questões raciais tratam esse assunto.

Paul Gilroy (apud GUIMARÃES, 2006, p. 48), acredita que a palavra “raça” deve ser completamente abolida de qualquer debate sobre seres humanos. Isso porque, se não somos diferentes biologicamente, e esse termo foi cunhado com a intenção científica e política de desqualificar pessoas, ele deixa de ter utilidade. Assim, não se justificaria seu uso nem politicamente por quem foi vítima das ações engendradas, tampouco por quem afirmava as diferenças, como alguns debatedores do tema sugerem.

---

**Fenotípicos** Que têm a mesma aparência. Refere-se a fenótipo, que é a característica física de um indivíduo, determinada pela sua carga genética e pelas condições ambientais.

Guimarães (2006) reconhece a pertinência das idéias de Gilroy e concorda com muitas delas, mas argumenta em favor da manutenção do termo até o momento em que a sociedade como um todo consiga de fato desconstruir as elaborações sociais criadas a partir da crença na existência de raças e no racismo que resulta dela. Ele afirma:

*Repito aqui a posição que tenho adotado: raça é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe [...].*

O autor faz tais afirmações sempre reconhecendo a complexidade da discussão e os caminhos variados que o tema pode levar. Ele cita um exemplo em que sugere que eliminar o termo dificultaria até mesmo perceber o preconceito. Quando alguém se queixa de ter sofrido discriminação por causa de sua cor, a partir de que categoria teórica isso será analisado?

Outros autores também trazem questões próximas às de Guimarães.

Jacques D’Adesky (2001, p. 44-45), ao discutir os conceitos de Pierre-André Taguieff, discorre sobre o conceito de “raça”, reconhecendo sua complexidade e incluindo, assim como muitos teóricos, a utilização política do termo:

*Existe consenso na afirmativa de que raça remete, simbolicamente, a uma origem comum. Seja qual for seu grau de indeterminação, ela evidencia a continuidade das descendências, o parentesco pelo sangue, a hereditariedade das características fisiológicas, e mesmo das psicológicas e sociais. Mas, do ponto de vista da genética, a idéia de raça é desprovida de conteúdo ou valor científico.*

Mas é importante afirmar que reconhecer a não-cientificidade do conceito de “raça” não eliminaria a eficácia do uso do termo para o debate das relações raciais em determinados campos. Podemos perceber isso nas palavras do próprio D’Adesky ainda citando Taguieff:

*A eliminação no vocabulário da palavra “raça” como prescrição da ação anti-racista remete [...] a uma **eugenia lexical** negativa que crê matar o racismo eliminando a palavra. Tal supressão, segundo Taguieff, teria conseqüências contrárias ao efeito imaginado, pois reforçaria os mecanismos racistas do “quero dizer”, favorecendo, assim, a normalização do racismo simbólico.*

---

**Eugenia** Teoria que acredita na possibilidade de melhoramento genético da espécie humana para produzir seres aperfeiçoados. Defende a idéia da existência de “raças puras” e não submetidas a misturas e por isso superiores a quem é fruto de miscigenação.

**Lexical** Relativo a vocabulário.

Imbuídos do sentido criado por idéias desse tipo, diversos grupos que lutam contra o racismo acreditam que utilizar a palavra “raça” é uma atitude política. Se passarmos a classificar todos os grupos diversos como “etnias”, as exclusões que resultam da negação dos direitos desses grupos seriam classificadas como “eticismo”? Como a população em geral se apropriaria desse vocábulo e entenderia o que ele designa?

As questões sobre raça, então, são associadas, mesmo equivocadamente, a elementos biológicos e **somáticos**. A leitura política do conceito de “raça” opõe-se ao sentido biológico-genético, compreendendo como uma categoria que constrói um processo de identidade para a compreensão da diversidade. Ao falar de “raça”, nesse sentido, referimo-nos a certos valores que são atribuídos a determinados grupos.

## Leitura complementar

### Carta ao presidente Lula

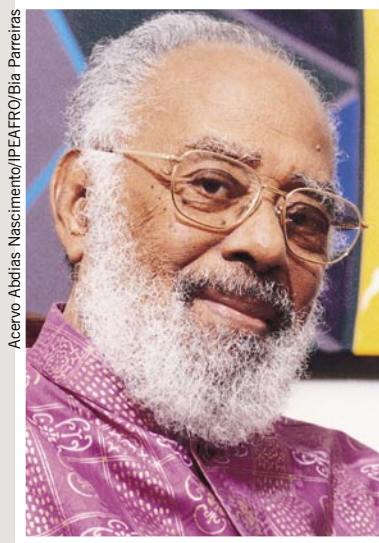
*Professor Abdias Nascimento*

*Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2007.*

Senhor Presidente da República,  
nosso querido Lula,  
Saudações quilombistas no  
Dia Nacional da Consciência Negra.

Tenho recebido das mãos de Vossa Excelência honrarias que muito me orgulham, e que recebo em nome do povo afro-descendente deste país, pois entendo que os méritos a ele pertencem. Por isso não poderia deixar de me manifestar no dia de hoje ao povo negro, a todo o povo brasileiro, e a nossos governantes, na pessoa de Vossa Excelência, pois a felicidade do negro, como disse o poeta, é uma felicidade guerreira.

Enquanto muito me alegram e me honram a outorga da Grã Cruz da Ordem do Mérito Cultural e a minha inclusão na mais alta classe da Ordem do Rio Branco, observo que as desigualdades raciais no Brasil continuam agudas e profundas. Diariamente recebo notícias de pesquisas quantitativas que confirmam este fato. Só no dia de hoje, por exemplo, soubemos por pesquisadores da UFRJ que as principais causas de mortalidade de homens negros são violentas, como homicídios, enquanto os brancos morrem mais por doenças. Ainda hoje, também, soubemos que a Fundação Seade concluiu que brancos ocupam quatro vezes mais cargos executivos que negros.



Acervo Abdias Nascimento/IPEAFRO/Bia Parreiras

Abdias Nascimento é professor e militante do Movimento Social Afro-brasileiro.

**Somáticos** Referentes ao corpo.



Setores poderosos, detentores dos meios de comunicação de massa no país, estão deflagrando uma campanha no sentido de desacreditar essas estatísticas e **vilipendiar** aqueles, como Vossa Excelência, que pensam na necessidade de políticas públicas de combate a essas desigualdades. Novamente nos acusam de racismo, usando o falso argumento de que o critério de classificação racial, e não a realidade social, causa divisões perigosas em nossa sociedade. Há décadas os intelectuais negros afirmam que raça nada tem a ver com biologia ou genética, mas que, como categoria socialmente construída, é uma dura realidade discriminatória baseada em características de aparência.

Senhor Presidente, suas recentes visitas à África, somadas a outras iniciativas, como a promulgação da lei 10.639/03 e a implantação da política de cotas reparatórias nas universidades, têm propiciado um novo clima que permite debater questões sérias que vinham sendo ocultadas ou negadas pelas elites entrincheiradas no mundo acadêmico e no universo da mídia.

Ora, diante de um momento tão encorajador, fomentam, com crescente agressividade, essa campanha desestabilizadora da sociedade, em que a desinformação deliberada rivaliza com a malevolência racista, e que objetiva intimidar todo um povo e enganar toda uma nação.

Assistimos como, na casa dos representantes do povo, após receber com grande repercussão os porta-vozes dessa campanha, se mandou “calar a boca” aos negros que usaram de seu legítimo direito democrático de apresentar as suas demandas. Assusta pensar que legisladores capazes de semelhante agressão se pronunciarão, daqui a alguns meses, sobre o Estatuto da Igualdade Racial, cujas propostas abrem novas perspectivas para melhorar as relações sociorraciais e trazer um vento de esperança à população negra **preterida**.

Senhor Presidente, hoje a Ministra da SEPPIR, nossa querida Matilde Ribeiro, lhe apresenta o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, fruto de todo um processo de deliberações para a construção dessas políticas públicas. Venho hoje lhe convocar a não esmorecer na sua decisão de implementá-las, pois nossa população aguarda políticas efetivas, o que significa investimento de recursos humanos e orçamentários.

Há muito tempo os economistas comprometidos com o povo brasileiro vêm falando que o nosso país precisa crescer, para valer, para absorver as legiões de jovens que, a cada ano, procuram ingressar no mercado de trabalho. Estamos acumulando décadas perdidas com a falta de desenvolvimento econômico intensivo em emprego, com a transversalidade de raça e gênero, associada à redução do papel do estado na área social. Como conseqüência, os problemas sociais vêm atingindo patamares perigosos. Haja vista a violência em nossas cidades que alcança índices de genocídio entre a juventude negra e favelada.

Reconheço o grande avanço que significa a Lei 10.639/03, que visa fazer o resgate de nossa história e de nossa memória e torná-las patrimônio cultural de todo o povo brasileiro, mas tenho que elevar a minha voz para dizer que esta lei não está sendo cumprida, ou tem a sua implementação dificultada, por todos aqueles que não querem mudanças nas relações de dominação racial em nosso país.

**Preterida** Desprezada, rejeitada.

**Vilipendiar** Tratar com desprezo, como coisa sem valor; refletir.

Reconheço o avanço contido no Programa Brasil Quilombola, e convoco Vossa Excelência a continuar investindo cada vez mais neste setor, apesar da campanha de mídia que caracteriza programas dessa natureza como criminosos e racistas, no intuito de desmoralizá-los e favorecer os interesses fundiários estabelecidos. Deflagra-se, ainda, uma onda de violência, também no intuito de favorecer tais interesses, tendo sido hoje assassinado um quilombola no estado do Espírito Santo. É preciso avançar nas titulações e fazer valer os direitos das comunidades quilombolas contra as ameaças constantes de despejo de seus territórios. Não podemos, com coerência, celebrar Zumbi do Quilombo dos Palmares, herói nacional, enquanto as populações dos quilombos do Brasil são agredidas e têm seus direitos desrespeitados!

Aliás, na qualidade de co-fundador e ex-presidente do Memorial Zumbi, movimento da sociedade civil que conduziu à criação da Fundação Cultural Palmares e à desapropriação das terras da Serra da Barriga, venho lhe indagar como, no ato cívico realizado ontem nas terras de Palmares, faltaram as bandeiras do Brasil, do estado de Alagoas, e do município de União dos Palmares. Trata-se de um simbolismo fundamental. Esta data, esta luta e as políticas públicas de igualdade racial são bandeiras do Brasil e de seus governos locais e estaduais, não só dos afro-descendentes!

Finalmente, quero dizer que tenho fé nas forças que querem transformar o meu país. Também nutro a convicção maior de que as energias que brotam do coração de Zumbi dos Palmares e de todos os nossos ancestrais ampliarão, cada vez mais, a consciência negra neste país. De negros e de brancos que sonham o sonho bom da liberdade e da justiça.

Por isto, Senhor Presidente, aceite nossas saudações quilombistas, pois o quilombismo é uma proposta para a nação. Zumbi vive em nós, homens e mulheres da resistência anti-racismo e da construção de um Brasil justo e democrático. Axé!

NASCIMENTO, A. *Carta ao presidente Lula.*

Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=2375>>.

Acesso em: 22 nov. 2007.

## Síntese

- A discussão do conceito de “raça” parte das construções sociais que estabelecem hierarquias entre os grupos racialmente identificados.
- As políticas afirmativas, a exemplo da reserva de cotas, são apresentadas como uma alternativa para correção das desigualdades historicamente construídas em função das diferenças raciais. São destinadas aos grupos de menor expressão de poder, como é o caso dos negros no Brasil.
- A origem do conceito de “raça”, na biologia, inicialmente classificou espécies de animais. A utilização para a classificação de humanos foi fortalecida na modernidade quando começou a designar um grupo de pessoas da mesma ascendência e de caracteres físicos parecidos.
- A afirmação política do conceito de “raça” opõe-se à noção originária da biologia. Nessa dimensão, “raça” é uma construção social que reflete um processo de reconhecimento e pertencimento, ou seja, uma dimensão de identidade.

## Atividades

1. No início da carta ao Presidente da República, o professor Abdias Nascimento utiliza as expressões “povo negro” e “felicidade do negro”. Essas categorias reforçam ou fragilizam o conceito de “raça” no sentido político? Justifique sua resposta.
2. A argumentação da carta é construída para reivindicar do poder público central a continuidade e o avanço das políticas afirmativas relacionadas aos negros. Qual o seu posicionamento sobre essa questão?



### Indicação de site

Você conhece o cartunista Maurício Pestana? Além de cartunista, é escritor e roteirista, tendo trabalhos publicados no Brasil e exterior. Ele aborda em grande parte de seu trabalho a questão das chamadas “minorias” brasileiras e, principalmente, a discriminação racial. Você pode conhecer mais sobre o trabalho de Maurício Pestana em [www.mauriciopestana.com.br](http://www.mauriciopestana.com.br).

## Referências

- D'ADESKY, J. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MUNANGA, K. Etnicidade, violência e direitos humanos em África. In: OLIVEIRA, I. (Org.). *A produção de saberes e práticas pedagógicas*. Niterói: EdUFF. Cadernos Penesb, 2001. p. 31-44.
- \_\_\_\_\_. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Superando o racismo na escola*. Brasília. MEC, 1999.
- NASCIMENTO, A. *Carta ao presidente Lula*. Disponível em: <<http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=2375>>. Acesso em: 22 nov. 2007.



## A MARCA ORIGINAL DO SUJEITO POLÍTICO

### Aula 4

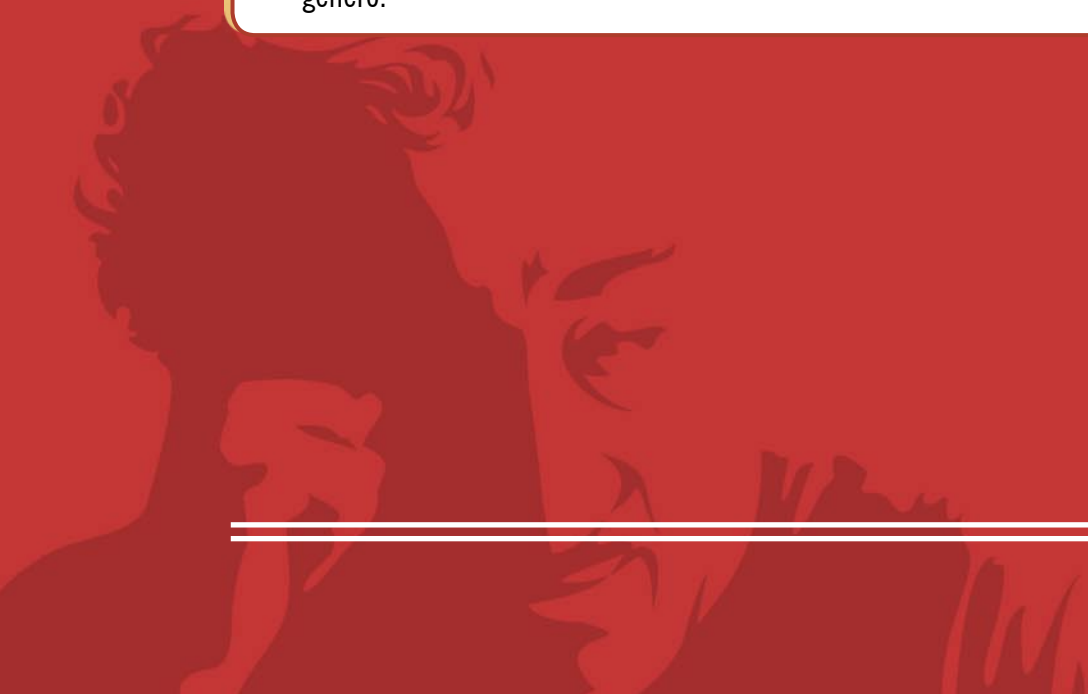
## Gênero: uma questão

### Conteúdo programático

- As subjetividades e as relações que elas estabelecem na sociedade contemporânea, especificamente as questões de gênero

### Objetivos

- Investigar as subjetividades dos sujeitos contemporâneos e as relações que estabelecem na sociedade, como construções resultantes da percepção das diferenças entre mulher e homem.
- Reconhecer os estudos de gênero, sua história e importância para compreender as particularidades referentes às relações socioculturais de gênero.



*Você não nasce mulher, torna-se.*

Simone de Beauvoir

*Que diferença da mulher o homem tem?  
Espera aí que eu vou dizer meu bem...  
Se for reparar direito tem pouquinha diferença.*

Luiz Gonzaga

Quando se passa a considerar que as diferenças devem ser integradas à sociedade como algo positivo, identidades variadas começam a ser reconhecidas e suas especificidades valorizadas. Ainda não chegamos ao ponto ideal da convivência entre as diferenças, mas incentivar o debate sobre isso já é um passo importante para tentar modificar posturas históricas.

Aqui começamos um estudo mais aprofundado sobre as questões de gênero. Mas o que são mesmo questões de gênero?



## Refleta

Anteriormente, pedimos que você observasse como as mulheres são representadas nos programas de TV. Agora, queremos que você analise nas músicas que escuta o vocabulário utilizado para se referir às mulheres.

Na apresentação do livro *O multiculturalismo crítico*, de Peter McLaren (1999, p. 19), Moacir Gadotti, comentando a visão de McLaren sobre educação, afirma:

*A **pedagogia crítica** por ele defendida propõe o estudo sério da linguagem que traduz toda essa cultura dominante. É preciso, segundo ele, reinventar a linguagem para retirar-lhe o conteúdo discriminador. Será preciso, por exemplo, reescrever os livros didáticos em linguagem não-**sexista** e não-racista. [...] É preciso construir uma linguagem que seja capaz de traduzir, de forma mais radical, [...] captando o contexto e evidenciando, principalmente, as relações entre educação e economia de privilégio, cultura e ideologia.*

Ampliando a discussão sugerida por McLaren, citamos um relato da tradutora de seu livro, Bebel Orofino Scafer, sobre o diálogo que travaram a respeito do tratamento de gênero na obra:

**Pedagogia crítica** Abordagem pedagógica que enfatiza a história dos estudantes, considerando as diferenças e buscando garantir a transformação de realidades adversas.

**Sexista** Que utiliza de categorias biológicas para discriminar, excluir e negar direitos aos membros de determinados grupos.

*Dialogando com o autor, ele sugeriu que eu mantivesse o substantivo “educadores” no feminino plural – “educadoras” – não apenas como uma opção tanto **estilística** quanto de homenagem ao grande número de mulheres que lutam por uma realidade educacional digna em nosso país, mas também como um convite aos leitores masculinos a experimentarem aquilo que o autor se refere como o “atravessar de fronteiras simbólicas”. A utilização desse recurso exigiu que outros substantivos no plural, em função da concordância, fossem também flexionados no feminino.*

(McLAREN, 1999, p. 19)

É uma revolução na linguagem, no discurso e nas relações. Em alguma outra ocasião já nos convidaram a olhar a “outra” e para o “outro” com esse cuidado? Por que toda essa preocupação com a linguagem?

A análise dos estudos culturais vem nos dando pistas sobre isso, mas vamos ver como a questão de gênero entra nisso.

Chamamos de “questões de gênero” as análises e perspectivas que dizem respeito às relações construídas na sociedade envolvendo a feminilidade e a masculinidade. Não estamos falando apenas da compreensão biológica do que seriam fêmea e macho, mas também das questões sociais e culturais envolvidas na construção do feminino e do masculino – incluindo as complexidades dessas relações.

Esse é um sentido antropológico que entrou na “agenda” de análise da sociedade a partir da década de 1970. Antes de sua incorporação, utilizava-se a expressão “história das mulheres” para se discutir as especificidades relativas a elas.



## Refleta

Como você descreveria os homens e as mulheres que essas imagens retratam? A sua descrição contém apenas características físicas ou também psicológicas, culturais, sociais?



As representações de Adão e Eva feitas durante a Renascença dão uma noção de alguns dos ideais de beleza masculino e feminino vigentes na época.

<sup>1</sup> DURER, A. Adão e Eva. 1507. Óleo sobre painel, 209 x 81 cm cada painel. Museu del Prado Madrid.

<sup>2</sup> BALGUNG, H. Adão e Eva. 1524. Óleo sobre painel, 208 x 83,5 cm cada painel. Museu of. Fine Arts, Budapest.

<sup>3</sup> CRANACH, L. Adão e Eva. 1513. Óleo sobre madeira, 73 x 62 cm. Museu Wuerzburg, Mainfränkisches.

**Estilística** Nome de uma disciplina que discute o estilo. Relativo ao estilo utilizado por alguém que escreve uma obra. Sua marca pessoal ou do movimento literário a que pertence.

Com o aprofundamento das discussões sobre o tema, percebeu-se que não se tratava apenas de discutir a presença e o papel da mulher isoladamente, pois sua história está intrinsecamente relacionada à dos homens. Assim, a expressão original não dava conta disso, daí o uso da palavra “gênero” para representar as questões variadas que se desejava analisar.



## Refleta

*Eu sei como pisar  
No coração de uma mulher  
[...]  
Basta calçar um coturno  
Com os pés de anjo noturno  
[...]  
Pés descalços sem pele  
Um passo que a revele*

Chico César, 1995

Em *Mulher eu sei*, o cantor e compositor Chico César utiliza um eu-poético masculino para se colocar no lugar das mulheres e relatar como ocorrem, em parte, as relações com elas. Procure conhecer essa letra e, se for possível, ouça também a música. Quais seriam essas formas masculinas de lidar com o feminino e as formas femininas de percebê-las?

É uma perspectiva contemporânea um homem falar sobre uma mulher colocando-se no lugar dela, deslocando-se do lugar de privilégio no qual a história da humanidade o posicionou, e procurando aprender como é estar do outro lado.

E como é estar do outro lado? Que aspectos podemos observar na construção das identidades de gênero?

A história das mulheres é repleta de preconceitos construídos a partir da negação histórica de seus direitos.

Os reducionismos, próprios de sociedades baseadas em valores totalitários, não compreendem a urgente necessidade de dividir o poder político, historicamente atribuído aos homens, com quem possa propor outras visões de mundo e outras formas de se lidar com ele.

Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 89), reconhecendo a importância de valorizar a pluralidade que caracteriza a nossa sociedade, discute as questões de gênero e sexualidade explorando o conceito de identidade, relacionando-o às construções sociais que a pós-modernidade possibilita aos diversos sujeitos. Ele sugere que a possibilidade de cruzar fronteiras questiona oposições binárias do tipo masculino / feminino, heterossexual / homossexual. Assim, a análise de gênero e sexualidade deve se fundamentar no entendimento que a **alteridade** nos oferece.



Na obra da escritora Simone de Beauvoir, temos também uma reflexão pontual sobre estas questões. Em sua vasta produção literária, ela discorre sobre a vida das mulheres. Em 1949, ela lançou uma obra classificada como marco inicial nas discussões de gênero, intitulada *O segundo sexo*. Naquela época, as palavras “feminismo” e “gênero” não tinham as acepções que conhecemos hoje.

Beauvoir apresenta em dois volumes os mitos e fatos que envolvem a condição sexual, psicológica, social, política feminina. No livro, a autora não analisa a situação feminina isoladamente, mas em relação ao homem, sugerindo que isso é uma forma de libertá-lo do doloroso papel de subjugador.



Simone de Beauvoir (1908-1986).

Dramaturga e romancista, gerou polêmica quando, em 1949, publicou a obra *O segundo sexo*. Nela, Simone trata com profundidade da questão feminina, e instiga as mulheres a se emancipar, sobretudo financeiramente. Beauvoir procurou demonstrar que a inferioridade feminina não é natural, mas sim, construída socialmente.

A pesquisadora Guacira Lopes Louro (2000, p. 34) argumenta:

*Já se disse que não é possível indicar um momento de afirmação categórica, final e definitiva da constituição dos gêneros, um momento fundador da masculinidade e da feminilidade. Nascimento? Adolescência? Maturidade? [...] entendo que os gêneros se fazem e se refazem continuamente ao longo da existência, que são socialmente produzidos, portanto são dependentes da história e das circunstâncias.*

Ela complementa sugerindo que homens e mulheres constituem-se a partir de formas distintas e diversas possibilidades e instabilidades.

*Elas e eles são ao mesmo tempo sujeitos de distintas classes, raças, sexualidade, etnias, nacionalidade, ou religiões, portanto há diversas formas de ser feminina ou ser masculino e, reduzi-las todas a um conjunto de características biológicas resulta, seguramente, numa simplificação.*

(LOURO, 2000, p. 34)

A quem interessam as simplificações? Em nossas discussões sobre as diferenças, temos visto que, durante séculos, na organização das sociedades, houve um grande investimento na produção de comportamentos homogêneos, na imposição dos valores dos grupos dominantes em relação aos que se constituíram como “minorias”. É mais simples controlar grupos menos diferenciados, e é por isso que as pessoas e grupos que detêm os mais diversos tipos de poder investem seus esforços na construção de grupos que pensam e agem de forma padronizada.

Com a questão de gênero não seria diferente. Grupos que querem ser ou permanecer “majoritários” constroem mecanismos que legitimam modelos tidos como ideais para as identidades femininas e masculinas e utilizam as instituições que bem representam o poder – como escola, igreja e mídia – tratam de difundir esses modelos e **vigiar e punir** quem não os segue.

Este é um dos principais motivos pelos quais as identidades de gênero se constroem de forma distorcida. Corpos femininos e masculinos passam a ser “montados” conforme a imagem das celebridades da moda. Há algumas décadas, explorava-se apenas o vestuário e os cabelos para a representação da imagem midiática, mas, hoje, com os avanços da medicina e as facilidades do crédito e da publicidade, montam-se e desmontam-se corpos conforme a decisão da televisão enquanto instrumento de comunicação de massa de maior alcance.

Como se dá com os corpos, ocorre com os comportamentos. Os diversos discursos que circulam na sociedade tendem a ser silenciados diante do que é normatizado pelas imagens televisivas. Dessa forma, todos os esforços são utilizados para se adaptar ao contexto.

Louro (2000, p. 47) apresenta idéias que sintetizam muito bem essa realidade, ao tratar da escola e do currículo:

*É a voz socialmente autorizada que inclui e exclui sujeitos e conhecimentos, determinando, não apenas quais identidades ou os saberes que podem integrar o currículo, mas também como essas identidades e saberes deverão ser aí representados. Em todo esse processo de exclusão e inclusão, de valorização ou de negação, estão inscritas, evidentemente, relações de poder.*

De acordo com Luiz Paulo da Moita Lopes (2002), estamos diante de “identidades fragmentadas” – formadas nas práticas discursivas, reveladas e reconstruídas a depender dos grupos em que convivem e nas relações com outros grupos, com os quais estabelecem contato temporariamente ou não. Ele afirma que “a mente de todo ser humano é construída pelos discursos nos quais estão envolvidos, no privado e no público” (MOITA LOPES, 2002, p. 92).

---

**Vigiar e punir** É também o nome da obra de Michel Foucault em que as relações de poder da nossa sociedade são avaliadas com base no funcionamento de um sistema presidiário.



## Refleta

Que reflexos os padrões de beleza difundidos pela mídia podem ter no nosso dia-a-dia?



Podemos observar que as construções identitárias **não ocorrem de maneira natural**, como durante muito tempo a sociedade quis acreditar. Em sua estruturação, em culturas variadas, foram incorporados à mulher atributos considerados femininos, sendo muitos deles negativos e reproduzidos por meio de várias instâncias. Assim, vemos que, apesar da longa história de lutas das mulheres, determinados papéis continuam sendo construídos e difundidos no sentido de perpetuar desigualdades históricas contra elas. Isso porque muitos – e, infelizmente, muitas – ainda pensam que subjugar a mulher é uma ordenação social, que tem origem na natureza.

Existem muitas frentes de luta para identificar as várias formas de violência contra a mulher, denunciar e combatê-las: estruturar uma escola capaz de lidar com as diferenças de forma não-hierárquica, sem reproduzir os estereótipos que geram as desigualdades; capacitar os telespectadores para serem críticos e capazes de reconhecer as intenções dos discursos aos quais estão submetidos; conhecer e utilizar a legislação para a garantia dos direitos da mulher, entre várias outras.

A *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher* (Cedaw) lista alguns dos pontos mais importantes para garantir a igualdade de direitos entre os gêneros. Conheça alguns:

- Igualdade no exercício de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos.
- Igualdade de direitos nos estudos; na saúde, no trabalho, implicando no aporte de todos os elementos necessários para se obter essa igualdade.
- A possibilidade de obter informações sobre sua saúde e o bem-estar da família, incluindo informação e assessoramento para o planejamento familiar, etc.

A Assembléia Geral das Nações Unidas detalhou no texto várias especificidades que devem ser observadas e garantidas pelos Estados-Partes signatários da Convenção. Além disso, sugeriu que cada país incorporasse outros aspectos referentes a suas culturas, mas sempre de acordo com aquilo que classificam como Direitos Humanos Universais.

É possível equacionar essas questões de gênero? Será mesmo preciso equacionar? Ou podemos cada dia mais nos apropriar dos valores relativos às diferenças e à diversidade e compreender que hierarquizar pessoas, grupos e relações não nos ajuda a construir um mundo melhor?



## Dica

Lembre-se sempre de refletir sobre os temas tratados nas disciplinas e buscar relacioná-las com os conhecimentos que você já detém ou com novas leituras. Agora, que tal refazer as atividades iniciais, considerando as reflexões desenvolvidas a partir do conhecimento que você vem construindo? Não é simples, mas seria um grande impulso para sua formação.

## Leitura complementar )

### Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher

*Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.*

[...]

#### Parte I

##### Artigo 1º

Para os fins da presente Convenção, a expressão discriminação contra a mulher significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

[...]

### Artigo 5º

Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para:

- a) Modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas **consuetudinárias** e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.
- b) Garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos.

### Artigo 6º

Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher.

## Parte II

[...]

### Artigo 8º

Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para garantir, à mulher, em igualdade de condições com o homem e sem discriminação alguma, a oportunidade de representar seu governo no plano internacional e de participar no trabalho das organizações internacionais.

### Artigo 9º

1. Os Estados-Partes outorgarão às mulheres direitos iguais aos dos homens para adquirir, mudar ou conservar sua nacionalidade. Garantirão, em particular, que nem o casamento com um estrangeiro, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento, modifiquem automaticamente a nacionalidade da esposa, convertam-na em apátrida ou a obriguem a adotar a nacionalidade do cônjuge.
2. Os Estados-Partes outorgarão à mulher os mesmos direitos que ao homem no que diz respeito à nacionalidade dos filhos.

---

**Consuetudinárias** Refere-se ao direito que se baseia no costume e que se modifica de acordo com as práticas sociais. Na Inglaterra, por exemplo, as decisões judiciais têm o mesmo peso que normas criadas pelo Poder Legislativo.

## Parte III

[...]

### Artigo 10

Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurarem condições de igualdade entre homens e mulheres:

- a) As mesmas condições de orientação em matéria de carreiras e capacitação profissional, acesso aos estudos e obtenção de diplomas nas instituições de ensino de todas as categorias, tanto em zonas rurais como urbanas; essa igualdade deverá ser assegurada na educação pré-escolar, geral, técnica e profissional, incluída a educação técnica superior, assim como todos os tipos de capacitação profissional.
- b) Acesso aos mesmos currículos e mesmos exames, pessoal docente do mesmo nível profissional, instalações e material escolar da mesma qualidade.
- c) A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino.
- d) As mesmas oportunidades para obtenção de bolsas de estudo e outras subvenções para estudos.
- e) As mesmas oportunidades de acesso aos programas de educação supletiva, incluídos os programas de alfabetização funcional e de adultos, com vistas a reduzir, com a maior brevidade possível, a diferença de conhecimentos existentes entre o homem e a mulher.
- f) A redução da taxa de abandono feminino dos estudos e a organização de programas para aquelas jovens e mulheres que tenham deixado os estudos prematuramente.
- g) As mesmas oportunidades para participar ativamente nos esportes e na educação física.
- h) Acesso a material informativo específico que contribua para assegurar a saúde e o bem-estar da família, incluída a informação e o assessoramento sobre planejamento da família.

### Artigo 11

1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:

- a) O direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano.
  - b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego.
  - c) O direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço, e o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais, incluindo aprendizagem, formação profissional superior e treinamento periódico.
  - d) O direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho.
  - e) O direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doença, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito de férias pagas.
  - f) O direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a salvaguarda da função de reprodução.
2. A fim de impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, os Estados-Partes tomarão as medidas adequadas para:
- a) Proibir, sob sanções, a demissão por motivo de gravidez ou licença de maternidade e a discriminação nas demissões motivadas pelo estado civil.
  - b) Implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, sem perda do emprego anterior, antiguidade ou benefícios sociais.
  - c) Estimular o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinados ao cuidado das crianças.
  - d) Dar proteção especial às mulheres durante a gravidez nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais para elas.
- [...]

## Artigo 12

1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera dos cuidados médicos a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso a serviços médicos, inclusive os referentes ao planejamento familiar.

2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º, os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância.

[...]

#### Artigo 14

1. Os Estados-Partes levarão em consideração os problemas específicos enfrentados pela mulher rural e o importante papel que desempenha na subsistência econômica de sua família, incluído seu trabalho em setores não-monetários da economia, e tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar a aplicação dos dispositivos desta Convenção à mulher das zonas rurais.
2. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, que elas participem no desenvolvimento rural e dele se beneficiem, e em particular assegurar-lhes-ão o direito a:
  - a) Participar da elaboração e execução dos planos de desenvolvimento em todos os níveis.
  - b) Ter acesso a serviços médicos adequados, inclusive informação, aconselhamento e serviços em matéria de planejamento familiar.
  - c) Beneficiar-se diretamente dos programas de seguridade social.
  - d) Obter todos os tipos de educação e de formação, acadêmica e não-acadêmica, inclusive os relacionados à alfabetização funcional, bem como, entre outros, os benefícios de todos os serviços comunitários e de extensão a fim de aumentar sua capacidade técnica.
  - e) Organizar grupos de auto-ajuda e cooperativas a fim de obter igualdade de acesso às oportunidades econômicas mediante emprego ou trabalho por conta própria.
  - f) Participar de todas as atividades comunitárias.
  - g) Ter acesso aos créditos e empréstimos agrícolas, aos serviços de comercialização e às tecnologias apropriadas, e receber um tratamento igual nos projetos de reforma agrária e de reestabelecimentos.
  - h) Gozar de condições de vida adequadas, particularmente nas esferas da habitação, dos serviços sanitários, da eletricidade e do abastecimento de água, do transporte e das comunicações.



## Parte IV

[...]

### Artigo 16

1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares e, em particular, com base na igualdade entre homens e mulheres, assegurarão:
  - a) O mesmo direito de contrair matrimônio.
  - b) O mesmo direito de escolher livremente o cônjuge e de contrair matrimônio somente com livre e pleno consentimento.
  - c) Os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento e por ocasião de sua dissolução.
  - d) Os mesmos direitos e responsabilidades como pais, qualquer que seja seu estado civil, em matérias pertinentes aos filhos. Em todos os casos, os interesses dos filhos serão a consideração primordial.
  - e) Os mesmos direitos de decidir livre e responsabilmente sobre o número de seus filhos e sobre o intervalo entre os nascimentos e a ter acesso à informação, à educação e aos meios que lhes permitam exercer esses direitos.
  - f) Os mesmos direitos e responsabilidades com respeito à tutela, curatela, guarda e adoção dos filhos, ou institutos análogos, quando esses conceitos existirem na legislação nacional. Em todos os casos os interesses dos filhos serão a consideração primordial.
  - g) Os mesmos direitos pessoais como marido e mulher, inclusive o direito de escolher sobrenome, profissão e ocupação.
  - h) Os mesmos direitos a ambos os cônjuges em matéria de propriedade, aquisição, gestão, administração, gozo e disposição dos bens, tanto a título gratuito quanto a título oneroso.
2. Os esponsais e o casamento de uma criança não terão efeito legal e todas as medidas necessárias, inclusive as de caráter legislativo, serão adotadas para estabelecer uma idade mínima para o casamento e para tornar obrigatória a inscrição de casamentos em registro oficial.

[...]

BRASIL. Senado Federal. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*. 2002. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10233.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10233.htm)>. Acesso em: 2 jan. 2008.



## Saiba mais

### **A Lei Maria da Penha: uma conquista das mulheres e um compromisso do Estado**

A Lei nº 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva é uma das mais importantes conquistas para a sociedade e das mulheres brasileiras, tornando-se um direito das mulheres e dever do Estado.

Essa lei cria e estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos. Conforme a Constituição Federal, em seu artigo 226, parágrafo 8º, a Lei Maria da Penha vem reafirmar o que as mulheres brasileiras têm alertado o Estado brasileiro e a sociedade sobre a importância das políticas públicas que ponha fim a este comportamento que tem levado milhares de mulheres à morte dentro dos seus próprios lares.

A sua criação cumpre também a determinação da *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*, além de alterar o Código de Processo Penal – o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

A aplicação da lei sobre a violência contra a mulher aponta novos mecanismos que possibilitam um maior encorajamento das mulheres para denunciar e formalizar as agressões ou qualquer outro tipo de violência sofrida por elas. “Diferentes estudos demonstram que há um crescimento no número de mulheres que denunciam a violência doméstica”.

A nova legislação prevê medidas inéditas de proteção para a mulher em situação de violência ou sob risco de morte. As penas pecuniárias, por exemplo, que puniam os agressores com multas ou cestas básicas, foram extintas. Dependendo do caso, o criminoso pode ser proibido de se aproximar da mulher e dos filhos. Em outras, a vítima pode rever seus bens e cancelar procurações feitas para o agressor. Para o caso de detenção, a pena triplica: a punição que era de seis meses a um ano pode chegar a três anos.

O combate à violência não se restringe a tornar mais severas as medidas contra os agressores. A lei também estabelece medidas de assistência social como, por exemplo, a inclusão

da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal. Também inclui informações básicas sobre o tema “violência contra a mulher” nos conteúdos escolares.

### **Por que a lei recebeu o nome Maria da Penha?**

A lei foi batizada de Lei Maria da Penha, importante símbolo da luta contra a violência doméstica no Brasil. Maria da Penha sofreu duas tentativas de homicídio de seu companheiro. Não morreu, mas sofreu graves seqüelas. O caso foi mais um exemplo de impunidade. O agressor foi preso por apenas dois anos após quase duas décadas do crime com intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA. Revoltada com o ocorrido, Maria da Penha se juntou a movimentos sociais e decidiu compartilhar sua experiência no livro *Sobrevivi... posso contar*.

(Fonte: [www.unifem.org.br](http://www.unifem.org.br).)

### **Quem foi Maria da Penha Fernandes**

Maria da Penha quase foi assassinada por seu então marido. Os fatos aconteceram em 1983, a primeira tentativa foi com o uso de arma de fogo e a segunda por eletrocução e afogamento. Esses episódios causaram lesões irreversíveis à saúde de Maria da Penha. Apesar de condenado em dois julgamentos, o autor da violência não havia sido preso devido aos sucessivos recursos de apelação. Em 2001, após 18 anos da prática do crime, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica e recomendou várias medidas em relação ao caso concreto de Maria da Penha e em relação às políticas públicas do Estado para enfrentar a violência doméstica contra as mulheres brasileiras. Por força da pressão internacional de audiências de seguimento do caso na Comissão Interamericana, em 2002, o processo no âmbito nacional foi encerrado e em 2003 o ex-marido de Penha foi preso.

(Fonte: [www.patriciagalvao.com.br](http://www.patriciagalvao.com.br).)

BRASIL. Lei nº 11.340/06, de 7 de agosto de 2006.

*Lei Maria da Penha: uma conquista – novos desafios.*

Disponível em: <[http://www.traquimfar.org.br/cartilhas/Lei\\_Maria\\_da\\_Penha.pdf](http://www.traquimfar.org.br/cartilhas/Lei_Maria_da_Penha.pdf)>.

Acesso em: 25 mar. 2008.

## Síntese

Nesta aula, você viu:

- A utilização da palavra “gênero” para representar feminino e masculino, e não apenas macho e fêmea, é fruto de relações históricas nas quais as mulheres empreenderam diversas ações para conquistar de direitos e reconhecimento.
- O debate sobre as questões de gênero sugere que ser mulher ou ser homem depende de construções identitárias que se organizam a partir da alteridade. Mesmo assim, muitos mecanismos são explorados para homogeneizar comportamentos e criar imagens tidas como ideais, pautadas numa idéia de “naturalidade” que nega os atributos culturais e políticos na construção dessas identidades.
- Instituições como escola, mídia, igrejas, etc. tendem a reproduzir estereótipos que reforçam a noção da existência de um lugar para a mulher e outro para o homem.



## Indicação de músicas

Procure ouvir ou pelo menos conhecer a letra das canções *Mulheres de Atenas*, de Chico Buarque e Augusto Boal, e *Essa mulher*, de Joyce e Ana Terra. Compare os aspectos de gênero abordados em ambas. Observe como eles se relacionam com as discussões apresentadas nesta aula.

Observe também como a canção *Essa mulher* apresenta o perfil da mulher representada no eu-poético e, ao mesmo tempo, relaciona-se à história das lutas femininas e seu desenvolvimento.

## Atividades

Leia, na íntegra, o texto da *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher* e responda:

1. Existe relação entre os direitos que a Convenção busca assegurar e a comunidade em que você vive? Quais deles são desrespeitados? Que iniciativas práticas têm sido tomadas para assegurá-los? Quais você sugeriria?
2. A Convenção prevê a criação de um comitê que trabalhe permanentemente para garantir seu cumprimento. Procure saber mais sobre o funcionamento desse comitê e faça uma avaliação crítica do trabalho que ele vem desenvolvendo.



## Indicação de site

Neste site, você vai encontrar mais informações da *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*, sua promulgação no Brasil e sua aplicabilidade prática.

<[http://www.agende.org.br/convencoes/cedaw/rela\\_alt\\_2005.html](http://www.agende.org.br/convencoes/cedaw/rela_alt_2005.html)>

---

---

## Referências )

---

---

BRASIL. Lei nº 11.340/06, de 7 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*: uma conquista – novos desafios. Disponível em: <[http://www.traquimfar.org.br/cartilhas/Lei\\_Maria\\_da\\_Penha.pdf](http://www.traquimfar.org.br/cartilhas/Lei_Maria_da_Penha.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher*. 2002. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10233.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10233.htm)>. Acesso em: 2 jan. 2008.

CÉSAR, C. Mulher eu sei. In: \_\_\_\_\_. *Aos vivos*. Rio de Janeiro: Velas, 1995. 1 CD de áudio: digital, estéreo.

LOURO, G. L. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 33-47.

MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas*: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, T. T. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

